

CONVERGÊNCIAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO MORAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONVERGENCES OF SCHOOL PSYCHOLOGY AND THE MORAL DEVELOPMENT OF CHILDREN AND ADOLESCENTS

CONVERGENCIAS DE LA PSICOLOGÍA ESCOLAR Y EL DESARROLLO MORAL DE NIÑOS Y ADOLESCENTES

Valéria Calipo

- Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.
- E-mail: valeria.calipo@metodista.br

Ricardo S. dos S. Durães

- Doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo.
- E-mail: ricardo.duraes@metodista.br

Elídia R. Gimenes

- Mestranda no Programa de Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo. Fisioterapeuta.
- E-mail: elidiarugi@gmail.com

Fabiana C. Mateus

- Doutoranda no Programa de Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo. Psicóloga.
- E-mail: fabiana.mateus@uol.com.br

Valquiria A. Rossi

- Doutora em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo.
- E-mail: valquiria.rossi@metodista.br

Carla M. Silverio

- Mestranda no Programa de Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo. Psicóloga.
- E-mail: carlamsilver82@gmail.com

Tamara P. S. Sousa

- Mestranda no Programa de Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo. Psicóloga.
- E-mail: ttamarasousa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho realizou uma revisão sistemática sobre o desenvolvimento moral no ambiente escolar, analisando publicações entre 2014 e 2024. As buscas foram feitas nas plataformas BVS-Psi e Scielo, utilizando as palavras-chave “desenvolvimento moral”, “crianças, adolescentes” e “escola”. Seguindo as diretrizes PRISMA, 97 artigos foram inicialmente identificados. Após aplicar os critérios de elegibilidade e inclusão, 5 artigos foram selecionados para análise. Os resultados indicam que um ambiente escolar que promove ética, engajamento e cordialidade auxilia na promoção do desenvolvimento moral. Aspectos como a promoção de assembleias de classe, atividades que estimulam a reflexão sobre situações cotidianas, e a criação de um clima escolar autoritativo contribuem para minimizar conflitos e favorecer a aprendizagem e participação nas vivências escolares.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral, crianças, adolescentes, escola

ABSTRACT

This study conducted a systematic review on moral development in the school environment, analyzing publications between 2014 and 2024. Searches were performed on the BVS-Psi and Scielo platforms, using the keywords “moral development”, “children, adolescents” and “school”. Following the PRISMA guidelines, 97 articles were initially identified. After applying eligibility and inclusion criteria, 5 articles were selected for analysis. The results indicate that a school environment that promotes ethics, engagement and cordiality assists in promoting moral development. Aspects such as the promotion of class assemblies, activities that stimulate reflection on everyday situations, and the creation of an authoritative school climate contribute to minimizing conflicts and favoring learning and participation in school experiences.

Keywords: Moral development, children, adolescents, school

RESUMEN

Este estudio realizó una revisión sistemática sobre el desarrollo moral en el entorno escolar, analizando publicaciones entre 2014 y 2024. Se realizaron búsquedas en las plataformas BVS-Psi y Scielo, utilizando las palabras clave “desarrollo moral”, “niños, adolescentes” y “escuela”. Siguiendo las directrices PRISMA, se identificaron inicialmente 97 artículos. Tras aplicar criterios de elegibilidad e inclusión, se seleccionaron 5 artículos para su análisis. Los resultados indican que un entorno escolar que promueve la ética, el compromiso y la cordialidad ayuda a promover el desarrollo moral. Aspectos como la promoción de asambleas de clase, actividades que estimulan la reflexión sobre situaciones cotidianas y la creación de un clima escolar autoritativo contribuyen a minimizar los conflictos y favorecer el aprendizaje y la participación en las experiencias escolares.

Palabras clave: Desarrollo moral, niños, adolescentes, escuela

INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário Michaelis (1998) a escola possui dez significados oficiais, a primeira definição da lista considera a escola como uma *“Instituição pública ou privada que tem por finalidade ministrar ensino coletivo; ... Ela foi feita para preparar o homem para a vida futura”*. A partir dessa definição pode-se entender que o conhecimento ministrado nas escolas não possui um caráter permanente, mas é modificado de acordo com o momento histórico, cultural, social e político ao qual está inserida, sem necessidade de elencar um conhecimento superior ou inferior (Lennon, 2010, p.377-378).

Antes da colonização no Brasil, os povos originários passavam o conhecimento para suas comunidades de forma empírica com o objetivo de manter a sobrevivência e, após a colonização, os jesuítas foram designados para estabelecer um processo educativo com objetivos religiosos, a princípio reservado para os filhos dos colonos e, posteriormente, esta doutrina foi imposta também à população local e mantido sem grandes alterações por quase três séculos (Paiva, 2012).

Ao final do século XIX, ocorreram diversas modificações na sociedade brasileira, que seguiu para o processo de industrialização e exigiu uma nova maneira de pensar. Esse processo convergiu, dentre outros fatores, para a disseminação da educação para as massas mais populares, deixando de ser restrito aos mais abastados, gerando os princípios da Escola Nova, que visava uma reforma no ensino e tinha como ponto central a atribuição de produção de conhecimentos. Neste período, no Brasil, a psicologia teve sua emancipação de outras áreas e foi reconhecida como ciência, permitindo a introdução dos conhecimentos advindos da Europa e dos Estados Unidos que já entendiam educação e psicologia como ciências distintas, porém constituinte (Antunes, 2008).

Após a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 e 206, compreende que o acesso à educação é um direito de todos. E em 1990, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente no texto de sua apresentação (E.C.A, p.09), regulamentou que crianças e adolescentes são sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento e demandam uma proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e

Estado. Para Bourdieu e Passeron (1982, p.35) o acesso ao ensino público e gratuito não é suficiente para que ocorra um processo para superar os atrasos econômicos e o autoritarismo. Assim, a educação deverá ser uma ferramenta de promoção de uma sociedade mais justa (meritocrática), moderna (voltada para o conhecimento científico) e democrática (fundamentada na autonomia individual). Isso nos permite inferir que a aprendizagem também é um processo individual que deve considerar as potencialidades do indivíduo e, baseado neste preceito, possui interface com a psicologia. Tendo isso em vista, a psicologia escolar utiliza esse conceito como objeto de estudo para analisar e compreender como esse processo se desenvolve dentro do ambiente educacional. Ela busca identificar ferramentas e recursos para melhorar os processos de conhecimento e ensino, viabilizando a inclusão, dentre outras aplicações (Lindgren, 1971, p.118-121). O artigo inicia com uma breve apresentação da história da psicologia na educação, abordando temas como a infância e as relações escolares, o desenvolvimento moral no ambiente escolar, a educação em valores morais e o desengajamento moral.

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Há diversas formas para uma ciência ou um profissional expressar seu compromisso com a sociedade. A psicologia escolar e os profissionais de psicologia em contexto escolar, expressam este compromisso contribuindo para uma educação cada vez mais inclusiva (Martínez, 2003, p.83-84).

Vigotsky (1934) afirma que o desenvolvimento psicológico tem uma relação complexa com o processo de escolarização e deve ser mediado através da cultura, apresentando atividades em estágios cada vez mais elevados e a intervenção pedagógica deverá ser voltada aos avanços que não ocorreram de forma espontânea. Já Marta Kohl (1996, p.03), afirma que o acesso à escola fornece a inserção social e cultural, porém não significa que os indivíduos letrados sejam mais capacitados intelectualmente ou façam parte de uma cultura superior e sim, que estarão melhor instrumentalizados em dimensões fundamentais de sua própria cultura.

Embora a psicologia esteja no âmbito da educação há algumas décadas, apresenta uma relação complexa quanto à prática profissional pois iniciou sua atuação analisando os problemas de aprendizagem e de comportamento dos alunos, utilizando-se de métricas para avaliar suas capacidades e habilidades com o objetivo de identificar possíveis psicopatologias, um dinamismo compreendido até os dias atuais (Teixeira, 2003).

A crítica às interpretações psicologizantes do fracasso escolar destaca a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a realidade social, levando em conta os determinantes sociais e históricos que resultam na exclusão de crianças e jovens da escola. Essa exclusão afeta especialmente aqueles oriundos de classes populares menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade social. O baixo rendimento escolar está relacionado ao status social dos alunos, à desestruturação familiar, à carência cultural e às baixas habilidades cognitivas, sem considerar a permanência das condições de desigualdade que permeiam essas situações (Patto, 1981).

A psicologia, após a conquista de sua autonomia como ciência, manteve um relacionamento muito próximo ao contexto escolar, ao tentar compreender como ocorre o processo ensino-aprendizagem com o objetivo da prevenção e promoção do bem-estar trabalhando em conjunto com os profissionais que contemplam este universo educativo. Todavia, para que isso ocorra, faz-se necessário que este profissional identifique como ocorrem os processos econômicos, políticos, históricos e culturais aos quais a escola está inserida, para perceber as demandas desta população e estabelecer um plano de ação de acordo com as potencialidades dos membros que a integram (Lindgren, 1971, p.118).

INFÂNCIA E AS RELAÇÕES ESCOLARES

Durante a segunda infância, que ocorre entre os 3 e 6 anos de idade e quando geralmente as crianças adentram ao contexto escolar, é uma fase de constante mudança e amadurecimento ao qual poderão reproduzir comportamentos vivenciados em outros contextos, como o de transferir o relacionamento com os irmãos, caso tenha, aos colegas de sala ou procurar associarem-se a colegas que apresentem similaridades.

Durante essa fase do desenvolvimento, a percepção que a criança tem sobre si, se dá de forma integral e não compreende as influências que cada ambiente pode ter sobre suas condutas, tornando essa percepção irreal e buscando a aprovação de adultos continuamente (Papalia & Feldman, 2013, p.244-314).

Para Ariès (1981, p.57-59) no período medieval a compreensão da infância diverge significativamente da forma como é entendida no mundo contemporâneo. Não havia uma separação de crianças, jovens e adultos por faixa etária, mas pelo processo de desenvolvimento. Assim, logo que a criança demonstrava independência das figuras de cuidado (mãe ou ama), era inserida na sociedade, onde a criança era vista como ingênua e graciosa, tornando-se uma distração para os adultos.

Somente no século XVIII a sociedade inicia o reconhecimento de que crianças possuem particularidades que as difere dos adultos e que o reconhecimento de suas diferenças é necessário para que a estimulação a sua criatividade e imaginação aconteça de forma definitiva. (Craidy, 2001)

Para Brougère (2004) a infância deve ser entendida de forma plural, como infâncias, concernente que cada criança vive de forma diferente, de modos diversos, conforme a época, a cultura e a classe social que influencia suas possibilidades de desenvolvimento e compreensão do mundo.

Para discutirmos sobre este estágio do desenvolvimento, é necessário ainda, falar sobre o papel do professor, ou melhor, sobre todos os papéis que este profissional desempenha neste trajeto de aprendizado e que abarcam para além de suas obrigações e atividades requeridas ao horário de escola regular. Dentre eles podemos citar: o papel de instrutor; o de modelo e referência; o de administrador de classe; o de escriturário, onde realiza o trabalho burocrático ao corrigir e aplicar atividades; intérprete; relações humanas, que intermedia os conflitos que podem ocorrer; o organizador de grupos; o catalisador, que poderá gerar mudanças com a sua presença; promotor de higiene mental, que auxilia no processo de orientação educativa, diminuição da ansiedade e promoção da confiança do aluno; o símbolo paterno dentre tantos outros. Exercer a profissão de educador é um trabalho vigoroso que solicita ao indivíduo conhecer seus fatores essenciais para assim discerni-los dos papéis que precisa praticar diariamente

para amenizar possíveis conflitos internos, expectativas e inconsistências que decorram por causa de intensas demandas, além de potencializar a oportunidade de “dar algo de si mesmo” a seus alunos (Lindgren, 1971).

O contexto escolar é considerado a partir da vivência de professores e alunos, que passam parte de seu tempo diário juntos. Por isso, as relações que ocorrem dentro desta convivência poderão ter impacto nos aspectos psicológicos, sociais e fisiológicos de todos os indivíduos envolvidos. É importante destacar a influência da comunicação verbal e não verbal que estão diretamente relacionadas às emoções e que poderá gerar impactos negativos ou positivos no processo de aprendizagem. Esse fenômeno é crescente e continuamente estudado para avaliar tanto o desenvolvimento dos alunos quanto dos professores. Tendo isso em vista e a impossibilidade de separar as emoções do processo educativo, especialmente durante um período tão delicado do desenvolvimento humano como a infância, pode-se afirmar que as relações construídas nesse ambiente podem alterar de forma significativa a motivação, a competência e o engajamento na dinâmica escolar, nas emoções, continuidade e perseverança ao processo (Mata et al., 2015, P. 407-424).

De acordo com estudo realizado por Mata et al. (2015), com estudantes entre o 7º e 8º anos, constatou-se que as Emoções Positivas (EP) e as Emoções Negativas (EN) estariam fortemente relacionadas ao desempenho acadêmico, ou seja, quanto maiores as notas dos alunos mais satisfeitos demonstraram-se com a escola e, quanto menor a nota, menor sua satisfação e menor a demonstração de suas emoções e convívio social escolar. Dentre as variáveis sobre EP e EN que também contribuem sobre o clima na sala de aula e possuem interferências tanto do desempenho professor quanto das relações entre os colegas, viu-se que para as EP e EN, a influência da atuação do professor, como a proximidade, a competência e autonomia, apresentaram grandes efeitos sobre o desempenho do aluno e a influência do suporte social dos colegas, apresentou relações na EN que foram associados ao estado de ansiedade e vergonha, segundo o estudo, poderão desempenhar interferência sobre dinâmicas mais competitivas e conduzir os alunos a uma percepção mais negativa, desencadeando maiores dificuldades no aprendizado.

DESENVOLVIMENTO MORAL

Lawrence Kohlberg foi professor na Universidade de Chicago e na Universidade de Harvard, desenvolvendo sua teoria e métodos de mensuração do juízo moral, como a Moral Judgment Interview (MJI). Falecido em 1987, dedicou sua vida acadêmica à teoria do desenvolvimento moral que explora como o respeito às regras se desenvolve ao longo da vida. Sua pesquisa de doutorado, defendida em 1958, sob o título “O desenvolvimento de modos de pensamento e escolha moral nos anos 10 a 16” baseava-se na obra de Piaget, tanto no campo cognitivo quanto no da moralidade. Piaget foi professor na Universidade de Neuchâtel e Universidade de Genebra e suas pesquisas eram voltadas para o desenvolvimento cognitivo e moral. No livro “O Juízo Moral na Criança”, Piaget (1932, pag 23) estudou a origem da moralidade em crianças e afirmou que o desenvolvimento moral não é apenas um processo de aculturação, mas também de construção ativa do respeito às regras.

Silva (2021, pag 63) apresenta a teoria de Kohlberg, que identificou três níveis de desenvolvimento moral: pré-convencional, na qual a moralidade é baseada em consequências externas; convencional, em que prevalece a conformidade com normas sociais; e pós-convencional, quando a moralidade se baseia em princípios éticos universais. Os raciocínios morais em cada nível e estágio são raciocínios de justiça, paralelos à estrutura cognitiva de Piaget que considerava a justiça como a mais racional das virtudes e encontrou diferentes formas de aplicabilidade da justiça nas crianças.

Piaget (1932) utilizava entrevistas sobre dilemas morais para estudar a qualidade dos raciocínios morais de crianças e adolescentes, identificou que as crianças passam por uma fase de anomia (ausência de regras), seguida por um respeito unilateral às regras (heteronomia), que evolui para a autonomia, onde o respeito às regras é autogovernado e baseado no benefício mútuo.

De acordo com o estudo realizado por Silva (2021, pag 59-60) as teorias de Piaget e Kohlberg tiveram grande influência na Psicologia Moral, mas também receberam críticas, especialmente de Carol Gilligan, que desenvolveu sua própria teoria baseada nessas críticas. Após discutir o paradigma cognitivo-evolutivo das teorias de Piaget e Kohlberg e a relação de Gilligan com essas teorias, especialmente com sua Ética

do Cuidado. É importante considerar a aplicação da teoria de Gilligan na pesquisa educacional e nas práticas escolares voltadas à formação em valores morais.

A orientação ao cuidado busca a interdependência e preocupação com o bem-estar dos outros, enquanto a orientação à justiça baseia-se na independência dos relacionamentos. Portanto, a escola deve considerar ambas as perspectivas éticas na formação moral e em valores, conforme proposto por Gilligan (1982, pag 183), para quem a ética do cuidado e a ética da justiça são complementares.

Gilligan argumentou que a teoria de Kohlberg apresentava um viés masculino, pois foi inicialmente baseada em estudos realizados apenas com participantes do sexo masculino. Ela observou que, quando avaliadas pelo modelo de Kohlberg, as mulheres geralmente alcançavam apenas o estágio 3 de desenvolvimento moral, enquanto os homens avançavam além disso (Silva, 2021).

Gilligan propôs que as mulheres não eram moralmente inferiores, mas sim possuíam uma orientação moral diferente. Enquanto o modelo de Kohlberg enfatizava uma ética baseada na justiça, Gilligan argumentou que as mulheres tendiam a adotar uma “ética do cuidado”, focada nas relações interpessoais e na responsabilidade (Gilligan, 1982). Gilligan criticou o uso predominante de dilemas hipotéticos por Kohlberg, argumentando que dilemas reais seriam mais apropriados para avaliar o raciocínio moral (Silva, 2021). Ela também apontou que a teoria de Kohlberg valorizava excessivamente a autonomia e a racionalidade como critérios de desenvolvimento moral, negligenciando outros aspectos importantes (La Taille, 2006).

As críticas de Gilligan abriram caminho para uma compreensão mais complexa do desenvolvimento moral, que leva em conta não apenas aspectos cognitivos, mas também afetivos (Silva, 2021). Seu trabalho levou à proposição de uma abordagem mais integradora da ética, que reconhece múltiplas “vozes morais” em conexão, incluindo justiça, cuidado, felicidade e bem-estar (Gilligan, 1982).

As críticas de Gilligan tiveram implicações significativas para a psicologia e a educação moral, levando a uma reavaliação das práticas e teorias existentes (Gilligan, 1982). Essas críticas iniciaram um debate importante no campo da psicologia do desenvolvimento moral, dividindo pesquisadores entre apoiadores de Kohlberg

e de Gilligan. Embora Kohlberg tenha rejeitado algumas das críticas, o debate contribuiu para uma compreensão mais nuançada e inclusiva do desenvolvimento moral, reconhecendo a importância de considerar diferentes perspectivas éticas e a influência de fatores como gênero e cultura no raciocínio moral (Kohlberg, 1992).

DESENVOLVIMENTO MORAL NA ESCOLA

De acordo com Archangelo (2021, pag 2) ao adentrar no ambiente escolar, uma criança não apenas busca ampliar seus horizontes acadêmicos, mas também almeja desenvolver-se de maneira emocional e socialmente significativa, e paralelamente, há uma expectativa tanto individual quanto social, muitas vezes subentendida de que ela se integre profundamente na tradição cultural em que está inserida. O enraizamento cultural é importante para o desenvolvimento humano, pois o enraizamento define-se como uma das necessidades fundamentais da alma humana, relacionada à participação ativa e natural em uma comunidade que preserva aspectos valiosos do passado e vislumbra o futuro. Essa participação natural é influenciada por fatores como localização geográfica, origem, ocupação e ambiente social.

Archangelo (2021, pag 2) aponta que a experiência inicial na vida da criança desempenha um papel crucial no seu desenvolvimento psíquico e intelectual, facilitando seu enraizamento na cultura e o sentimento de pertencimento à escola. Ao longo da vida, ambientes favoráveis podem promover o amadurecimento emocional e ajudar a curar experiências traumáticas. Nesse contexto, a escola desempenha um papel vital como um ambiente propício para o desenvolvimento das crianças.

Para que a escola seja significativa nesse processo, é necessário que ela ofereça um ambiente acolhedor, de reconhecimento e de pertencimento. O acolhimento pressupõe a capacidade da instituição em lidar adequadamente com as diversas emoções das crianças, desde situações de aflição até momentos de conquista. O reconhecimento é essencial para valorizar as singularidades dos alunos e promover a compreensão mútua. Por fim, de acordo com Archangelo (2021, pag 3) o sentimento de pertencimento faz com que as crianças se envolvam de forma natural nas atividades escolares e se sintam parte integrante daquele ambiente. No entanto, algumas crianças podem não experimentar esses sentimentos positivos na escola, e a

instituição muitas vezes não sabe como lidar com essas situações. Projetos que visam proporcionar intervenções empáticas, podem oferecer insights importantes sobre o desenvolvimento e a moralidade dessas crianças, contribuindo assim para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS

A Educação em Valores Morais (EVM) é uma área vasta e intrincada que demanda a explicitação de conceitos essenciais como moral e ética. De acordo com La Taille (2006, pag 28), a moral diz respeito a um conjunto de normas e obrigações que guiam o comportamento adequado e inadequado dentro de uma sociedade. Por outro lado, a ética está associada aos princípios que conferem propósito à existência. Embora sejam distintos, esses conceitos se complementam e estão unidos pelo autorrespeito.

A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento holístico do indivíduo, incentivando o crescimento moral e a assunção de responsabilidades. Ela habilita crianças e jovens a lidar com os desafios modernos e a reconhecer seus direitos e deveres. No entanto, o processo educativo vai além da mera transmissão de informações; trata-se de equipar os indivíduos para navegar pelas demandas sociais mantendo sua essência pessoal intacta.

Alencar (2014, pag 256) complementa que um desenvolvimento moral adequado requer uma educação baseada em valores cidadãos. Promovendo valores como justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática que são essenciais para orientar suas vidas rumo à cidadania.

Para Piaget (1932) o desenvolvimento moral ocorre por meio de um processo de construção social, evoluindo da anomia à heteronomia e, finalmente, à autonomia. A crise de valores pode ser interpretada como uma desvalorização ou reinterpretação dos valores morais e virtudes como justiça, generosidade e honra que são fundamentais para a moralidade, sendo a justiça especialmente destacada por sua racionalidade (Kohlberg, 1992).

Segundo Alencar (2014, pag 257) é essencial abordar a questão dos valores tanto com os discentes quanto com os docentes. Para os professores, isso implica compreender a relevância dos valores e refletir sobre suas implicações para o desenvolvimento dos jovens. Os educadores desempenham um papel crucial na formação moral, ampliando os valores ensinados no contexto familiar para o âmbito social mais amplo. A colaboração entre família e escola é essencial para a formação integral dos estudantes, transformando-os em sujeitos morais, críticos e cidadãos ativos. A formação de qualidade dos professores é fundamental para que se sintam adequadamente preparados e motivados a trabalhar com valores e a se engajar em práticas que promovam o desenvolvimento moral.

DESENGAJAMENTO MORAL

Azzi (2011, pag 209-210) afirma que o termo desengajamento moral, desenvolvido por Bandura (1990, pag 27-46), pode explicar como as pessoas se liberam de seus padrões morais para infringir ações danosas a outros, sem que se sintam culpadas por sua conduta não moral, o executor inflige sofrimento a outros sem que se autocondenar pela ação danosa.

O desengajamento moral enfatiza que as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos anti sociais sem se sentirem culpadas ou censuradas. Por isso, mostrando que é possível se desprender ou desengajar dos próprios padrões morais para cometer atos antissociais deliberadamente, sem autocondenação, isto é, ações que infligem sofrimento a outros sem que o executor se autocondenar pela ação danosa (Azzi, 2011, pag 211)

O desengajamento moral enfatiza que as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais sem se sentirem culpadas ou censuradas por isso, mostrando que é possível se desprender ou desengajar dos próprios padrões morais para cometer atos antissociais deliberadamente, sem autocondenação, isto é, ações que infligem sofrimento a outros sem que o executor se autocondenar pela ação danosa (Azzi, 201, p. 211-213).

De acordo com Oliveira (2021, p. 02) é possível estabelecer associação entre desengajamento moral e comportamento de bullying, tanto de maneira direta quanto indireta, esta última mediada pela falta de empatia e ausência de sentimentos de culpa, que são inversos ao desengajamento moral, ou seja, estudantes propensos ao desengajamento moral tendem a se envolver mais em práticas de bullying em comparação com aqueles que apresentam maior engajamento moral, sendo essa tendência mais proeminente entre os meninos em comparação às meninas. A análise do desengajamento moral quando relacionada ao bullying ampliou a compreensão desse fenômeno, ressaltando a importância da empatia, culpa e desenvolvimento moral, as escolas devem considerar esses aspectos para promover comportamentos pró-sociais e reduzir o bullying, com foco em grupos específicos, visando um ambiente escolar mais positivo.

METODOLOGIA

Para este trabalho considerou-se as orientações para revisão sistemática e meta-análise (PRISMA), entre as recomendações de seleção estão: critério de elegibilidade, de caracterização-especificação dos estudos e risco de viés. As buscas dos artigos foram realizadas no banco de dados das plataformas Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), a partir dos descritores: “desenvolvimento moral”, “crianças,adolescentes” e “escola”

Os critérios de inclusão: (a) Publicações em inglês e português. (b) Publicação realizada nos últimos 10 anos. (c) Artigos com texto completo disponível. Enquanto os critérios de exclusão: (a) Teses e Dissertações (b) Artigos que não referenciam o desenvolvimento moral (c) Artigos que não inclua o contexto escolar.

Após incluir os descritores 97 resultados foram encontrados, considerando as publicações entre os anos 2014 a 2024. Após leitura do título e considerando os critérios de elegibilidade houve a exclusão de 80 artigos; 11 por estarem duplicados, 42 por não mencionar o desenvolvimento moral, 26 por não estar relacionado à escola e 1 por ser uma revisão sistemática. Posteriormente foi realizada a leitura dos

resumos e considerando os que contribuíram para a especificação do estudo: 11 foram excluídos por não atenderem aos critérios de caracterização; não caracterizavam o público estudado. Restando 6 artigos. Após leitura na íntegra, 1 artigo foi excluído por não ter o texto completo disponível. Restando 5 artigos que e estão elencados na tabela abaixo:

Tabela 1: Relação de artigos elegíveis separados por: autores; título; revista e ano.

Autores	Título	Revista	Ano
Ariadne Dettmann Alves; Heloisa Moulin de Alencar; Antonio Carlos Ortega	Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9anos	Revista Psicopedagogia	2014
Guy Ginciene; Sara Quenzer Matthiesen	Estratégias para o ensino dos valores em aulas de educação física	Pensar a Prática	2018
Josafá Moreira da Cunha, Hellen Tsuruda do Amaral, Ana Moreira Borges de Macedo	Clima Escolar Autoritativo: Adaptação e Evidências de Validade entre Estudantes Brasileiros	Psicologia Argumento	2019
Vanessa M. Barros; Patricia C.S. Della	Correlação entre processamento sensorial e engajamento de crianças nas rotinas da educação infantil na perspectiva do professor	Revista Terapia Ocupacional	2021

Denise Cristina Tordin, Samuel Mendonça	Assembleias de classe e a autoética pela perspectiva de Edgar Morin	Pro-posições	2022
---	---	--------------	------

Fonte: elaboração própria

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados na revisão sistemática revela insights cruciais sobre o desenvolvimento moral no ambiente escolar. Tordin & Mendonça (2022) abordam a importância dos princípios éticos e morais na educação formal, baseando-se nos conceitos de Edgar Morin. Os autores enfatizam a necessidade de conciliar racionalidade e afetividade, promovendo reflexões que abordem tanto aspectos altruístas quanto egocêntricos. Eles concluem que um ambiente escolar caracterizado por cordialidade, respeito e toque corporal respeitoso favorece o reconhecimento do outro e promove o acolhimento (Tordin & Mendonça, 2022).

As assembleias de classe, utilizadas como proposta pedagógica, demonstraram-se eficazes para estimular reflexões sobre situações cotidianas. Essas assembleias permitiram que os alunos ressignificassem suas experiências e desenvolvessem recursos para a inserção social além do contexto escolar, favorecendo a comunicação entre alunos e corpo docente (Tordin & Mendonça, 2022). Esta abordagem dialógica e participativa nas escolas contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, fundamentais para a formação ética e moral dos estudantes.

Barros e Della Barba (2021) examinaram a relação entre processamento sensorial e engajamento em rotinas da educação infantil. Fundamentado nas ideias de Bourdieu e Passeron (1982) sobre autonomia individual na educação, o estudo analisou as potencialidades individuais de cada criança. Os resultados indicaram que crianças com maior interação com o ambiente apresentam engajamento mais sofisticado, com interações mais complexas, como o uso do simbolismo e a persistência para concluir tarefas (Barros & Della Barba, 2021).

Em contrapartida, crianças com dificuldades de interação demonstraram comportamentos agressivos, desatenção e desinteresse. Os autores alertam para a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento sensorial, pois um desenvolvimento atípico não diagnosticado pode dificultar a compreensão do ambiente e afetar o desenvolvimento moral. Esta observação está em conformidade com Mata et al. (2015), que afirma que emoções negativas podem impactar o processo de aprendizagem, afetando o desempenho e impedindo o desenvolvimento (Barros & Della Barba, 2021).

A importância do processamento sensorial no desenvolvimento moral e acadêmico das crianças é um aspecto frequentemente negligenciado nas práticas educacionais. O estudo de Barros e Della Barba (2021) destaca a necessidade de uma abordagem mais holística na educação, que considere não apenas os aspectos cognitivos, mas também os sensoriais e emocionais. Isso implica na necessidade de formação continuada para educadores, focada na compreensão e identificação de possíveis dificuldades sensoriais em crianças, bem como na implementação de estratégias pedagógicas que atendam às diversas necessidades sensoriais dos alunos.

O estudo de Cunha et al. (2019) adaptou a Escala de Avaliação do Clima Escolar Autoritativo para o contexto brasileiro. Os autores salientam que o ambiente social escolar exerce influência significativa no desenvolvimento e adaptação dos estudantes, particularmente no que diz respeito ao clima escolar. Duas dimensões foram analisadas: a estrutura disciplinar e o suporte do ambiente escolar (Cunha et al., 2019).

O estudo evidenciou que o clima escolar autoritativo é protetivo, pois preza pela clareza nas regras disciplinares e oferece suporte em situações de conflito. Este tipo de clima escolar possibilita aos estudantes o desenvolvimento de autonomia e uma percepção de autoridade não arbitrária, levando a um ambiente de aprendizagem mais seguro, com menos vitimização e bullying (Cunha et al., 2019).

A adaptação da Escala de Avaliação do Clima Escolar Autoritativo para o contexto brasileiro representa um avanço significativo na compreensão e avaliação do ambiente escolar no país. Esta ferramenta pode ser utilizada por gestores escolares e educadores para identificar áreas de melhoria no clima escolar, promovendo um

ambiente mais propício ao desenvolvimento moral e acadêmico dos estudantes. Além disso, o conceito de clima escolar autoritativo oferece um modelo equilibrado de gestão escolar, que combina estrutura e suporte, essenciais para o desenvolvimento saudável dos alunos.

Ginciene & Matthiesen (2018) investigaram a aprendizagem de valores em aulas de educação física. Os autores ressaltam que, apesar dos benefícios físicos, afetivos, cognitivos e sociais proporcionados pelas práticas corporais, a mera prática não garante o ensino de valores ou mudanças de atitude. Através de um estudo qualitativo com uma turma do 6º ano do ensino fundamental, identificaram quatro categorias relevantes: problemas de comportamento, estratégias de ensino, dificuldades para implementação e mudanças de comportamento (Ginciene & Matthiesen, 2018). Concluíram que, para ensinar valores nas aulas de Educação Física, são necessárias discussões e reflexões sobre o comportamento geral dos alunos durante as aulas, como disputa, adversários, jogos, os valores próprios da disciplina, as dificuldades de trabalhar em equipe e a construção de conhecimento, visando a formação de cidadãos (Ginciene & Matthiesen, 2018).

O estudo de Ginciene & Matthiesen (2018) destaca a importância de uma abordagem intencional e reflexiva no ensino de valores através da educação física. Isso implica que os professores de educação física devem ir além do ensino de habilidades motoras e regras de jogos, incorporando discussões éticas e morais em suas aulas. Esta abordagem pode contribuir significativamente para o desenvolvimento moral dos estudantes, utilizando situações concretas de jogos e atividades físicas como pontos de partida para reflexões mais amplas sobre ética, cooperação e cidadania.

Alves et al. (2014) estudaram a concepção do amor e sua relação com o desenvolvimento moral em crianças de 6 a 9 anos. Utilizando o método clínico proposto por Piaget, os pesquisadores descobriram que a concepção de amor das crianças é ampla e que o amor para o bem do outro já estava presente nas respostas. O estudo concluiu que há uma relação entre a presença da virtude do amor e o desenvolvimento moral, destacando a importância da família, da escola e da educação no processo de construção e desenvolvimento das virtudes na formação moral das crianças (Alves et al., 2014). A pesquisa de Alves et al. (2014) traz à tona a importância de considerar

as emoções e os sentimentos, particularmente o amor, no desenvolvimento moral das crianças. Este estudo sugere que a educação moral não deve se limitar a regras e princípios abstratos, mas deve também incluir o cultivo de virtudes e sentimentos positivos. Isso implica na necessidade de uma abordagem educacional que valorize não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social dos estudantes.

Em síntese, os estudos convergem para a importância de um ambiente escolar que promova ética, engajamento e cordialidade como fatores cruciais para o desenvolvimento moral e o sucesso acadêmico. Destacam-se a relevância das interações sociais positivas, a necessidade de considerar aspectos sensoriais e emocionais no desenvolvimento, e a importância de estratégias pedagógicas que estimulem a reflexão e a construção de valores. Esta abordagem holística para o desenvolvimento moral no contexto escolar integra aspectos cognitivos, emocionais e sociais na formação dos estudantes, proporcionando uma base sólida para seu crescimento ético e moral.

A revisão sistemática realizada revela a complexidade e multidimensionalidade do desenvolvimento moral no ambiente escolar. Os estudos analisados apontam para a necessidade de uma abordagem integrada que considere não apenas os aspectos cognitivos do desenvolvimento moral, mas também os emocionais, sociais e até mesmo sensoriais. Esta perspectiva holística desafia as abordagens tradicionais de educação moral, que muitas vezes se concentram exclusivamente no ensino de regras e princípios éticos.

Os resultados dos estudos também destacam a importância crucial do ambiente escolar na formação moral dos estudantes. Um clima escolar positivo, caracterizado por relações respeitosas, regras claras e suporte adequado, parece ser fundamental para o desenvolvimento moral saudável. Isso implica que as escolas devem ir além do foco tradicional no desempenho acadêmico, dedicando atenção e recursos significativos à criação de um ambiente que promova o crescimento ético e moral dos alunos.

Além disso, os estudos apontam para a necessidade de uma abordagem mais reflexiva e dialógica no ensino de valores e ética. As assembleias de classe, as discussões em aulas de educação física e outras estratégias que promovem o diálogo

e a reflexão parecem ser particularmente eficazes na promoção do desenvolvimento moral. Isso sugere que as escolas devem criar mais oportunidades para que os alunos discutam questões éticas, reflitam sobre suas experiências e desenvolvam habilidades de raciocínio moral.

Por fim, a revisão destaca a importância de considerar as diferenças individuais no desenvolvimento moral. Os estudos sobre processamento sensorial e engajamento, por exemplo, sugerem que algumas crianças podem enfrentar desafios únicos em seu desenvolvimento moral devido a diferenças em seu processamento sensorial. Isso implica na necessidade de uma abordagem mais personalizada e inclusiva na educação moral, que reconheça e atenda às necessidades diversas dos alunos.

Esta revisão sistemática oferece insights valiosos para educadores, psicólogos escolares e formuladores de políticas educacionais. Ela aponta para a necessidade de uma abordagem mais holística, reflexiva e inclusiva na promoção do desenvolvimento moral nas escolas, que considere os múltiplos fatores que influenciam o crescimento ético e moral dos estudantes.

A revisão sistemática apresenta limitações, incluindo o número reduzido de estudos analisados, foco geográfico restrito ao Brasil, heterogeneidade metodológica, faixa etária limitada e ausência de estudos longitudinais. Para superar essas limitações, sugerem-se direções para pesquisas futuras, como estudos longitudinais, desenvolver programas de intervenção e investigar o impacto das tecnologias digitais. Essas sugestões visam ampliar a compreensão do desenvolvimento moral no ambiente escolar, fornecendo insights valiosos para educadores, psicólogos e formuladores de políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar que um ambiente de aprendizagem seguro, através de atividades estruturadas que incentivem a comunicação entre os alunos e docentes sobre a cooperação e importância do trabalho em grupo, poderá estimular o

desenvolvimento de habilidades especiais para o crescimento tanto pessoal quanto acadêmico. O incentivo desses processos auxilia no amadurecimento pessoal e permitem aos alunos refletirem sobre situações cotidianas, preparando-os para situações além do contexto escolar, desde que se tenha um foco na discussão e reflexão sobre os valores aos quais se destinam.

A família, a relação com os professores e com os demais colegas no ambiente escolar possui papel significativo sobre o desenvolvimento moral das crianças e adolescentes, tanto os aspectos comportamentais verbais quanto os não verbais proporcionam a construção moral que permitirá o desenvolvimento com respeito mútuo, promovendo a autonomia, a segurança e um ambiente positivo. É necessário adaptar a abordagem de conceitos morais para as fases de desenvolvimento, considerando o desenvolvimento típico, atípico e as possibilidades que a criança e o adolescente apresentam, ponderando que o ambiente deve ser modificado ao longo do processo de desenvolvimento.

O principal objetivo deste estudo foi o de compreender as nuances da psicologia escolar e o desenvolvimento moral das crianças e adolescentes, que indicou ter maior probabilidade de apropriação e reprodução, quando o ambiente e os membros envolvidos, como docentes e famílias estabelecem um convívio seguro, diretivo e positivo. Contudo ainda se observa poucos estudos relacionados ao assunto que direcionam para uma melhor compreensão do fenômeno e quais os impactos no aprendizado e na conduta social destes indivíduos para além do contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. M. de et al. Educação em valores morais: juízos de profissionais no contexto escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 2, p. 255–264, 2014.

ALVES, A. D.; ALENCAR, H. M. de; ORTEGA, A. C. Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9 anos. *Revista Pedagogia*, São Paulo, v. 31, n. 94, p. 21-34, 2014.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.

CONVERGÊNCIAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO MORAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ARCHANGELO, A. et al. Sentimento de Pertencimento e Desenvolvimento da Moralidade na Escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, 2021.

ARIÈS, P. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZZI, R. G. Desengajamento moral na perspectiva da teoria social cognitiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 2, p. 208-219, 2011.

BARROS, V. de M.; DELLA BARBA, P. C. de S. Correlación entre el procesamiento sensorial y el compromiso de los niños en las rutinas de educación infantil desde la perspectiva del profesor. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, v. 22, n. 2, p. 147–157, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e companhia. São Paulo: Cortez, 2004.

CRAIDY, C.; KAERECHERO, G. E. Educação infantil pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, J. M. da; AMARAL, H. T. do; MACEDO, A. M. B. de. Clima Escolar Autoritativo: Adaptação e Evidências de Validade entre Estudantes Brasileiros. *Psicologia Argumento*, v. 37, n. 96, p. 273–298, 2019.

DALLEGRAVE, G. M. R. O desenvolvimento moral do adolescente: a identificação com o professor. Rio Grande do Sul: Educs, 2006.

ESCOLA. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

GINCIENE, G.; MATTHIESEN, S. Q. Estratégias para o ensino dos valores em aulas de educação física. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 1, 2018.

GRAZIARI, A. R.; PALMONARI, A. O desenvolvimento moral dos adolescentes: transgressão, conformismo e valores em uma idade inquieta. São Paulo: Paulinas, 2018.

LA TAILLE, Y. Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LENNON, K. Re-enchanting the world: the role of imagination in perception. *Philosophy*, v. 85, n. 3, p. 375-389, 2010.

LINDGREN, H. C. Psicologia na sala de aula: o professor e o processo ensino-aprendizagem. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1971. v. 2.

MARTINEZ, A. M. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para sua formação. In: *Psicologia Escolar: ética e competências na formação profissional*. Campinas: Ed. Alínea, 2003. p. 105-124.

MATA, L. et al. Emoções em contexto acadêmico: Relações com clima de sala de aula, autoconceito e resultados escolares. *Análise Psicológica*, v. 33, n. 4, p. 407-424, 2015.

OLIVEIRA, M. K. de. Escolarização e organização do pensamento. *Revista Brasileira de Educação*, n. 3, p. 97-102, 1996.

OLIVEIRA, W. A. et al. Bullying e mecanismos de desengajamento moral: revisão sistemática da literatura com metanálise. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, 2021.

PAIVA, J. M. Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII. Maringá: Eduem, 2012.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PATTO, M. H. S. *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1981.

PIAGET, J. *O Juízo moral da criança*. São Paulo: Summus, 1994.

SILVA, M. E. F.; MIGUEL, P. C.; BATAGLIA, P. U. R. O desenvolvimento moral segundo Carol Gilligan: Uma possibilidade para o estudo da moralidade na pesquisa educacional e nas práticas escolares. In: *Desenvolvimento moral e educação em valores: estudos e pesquisas*. São Paulo: Gradus Editora, 2021.

TEIXEIRA, P. Psicólogo Escolar: esse desconhecido. *Revista Eletrônica de Psicologia*, v. 2, p. 1-4, 2003.

TORDIN, D. C.; MENDONÇA, S. Assembleias de classe e a autoética pela perspectiva de Edgar Morin. *Pro-Posições*, v. 33, 2022.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.